

Reitoria ocupada

> Crise na Assistência provoca demissões na SuperEst, ocupação do prédio da administração central e cancelamento do Consuni

SILVANA SÁ

silvana@adufjrj.org.br

A assistência estudantil, principal plataforma de campanha do professor Roberto Leher, está em xeque. A velocidade de resposta da gestão não acompanha as necessidades dos alunos. O incêndio no bloco B do alojamento, em agosto, criou uma demanda ainda mais emergencial. Os desabrigados foram hospedados no Centro, mas, com a lotação do hotel para o Rock In Rio, houve uma transferência para Nova Iguaçu. Foi a gota d'água para a ocupação do prédio da reitoria.

Desde quinta-feira, 21, no segundo andar do edifício, os estudantes cobram



Estudantes cobram solução de moradia e querem prioridade no alojamento modular, perto do CCMN

Elisa Monteiro

é: a comunidade acadêmica está a par do que está ocorrendo?”, questionou.

Na quinta, 28, um aluno de Defesa e Gestão chorou no colegiado do curso ao relatar o drama pelo qual ele e seus colegas têm passado. Sem lugar certo para ficar, sem estrutura emocional, sem materiais didáticos, a maior parte dos estudantes

depende de doações para se manter. Outra desafiatura da gestão é lidar com a dispersão das pró-reitorias desde o incêndio que atingiu o prédio, em outubro de 2016. Pessoal, Pós-Graduação e Gestão foram transferidas para o Parque Tecnológico. Graduação e Finanças estão no CCMN. Já a Extensão fica na Prefeitura Universitária.

depende de doações para se manter.

Outro desafio da gestão é lidar com a dispersão das pró-reitorias desde o incêndio que atingiu o prédio, em outubro de 2016. Pessoal, Pós-Graduação e Gestão foram transferidas para o Parque Tecnológico. Graduação e Finanças estão no CCMN. Já a Extensão fica na Prefeitura Universitária.

ENTREVISTA

Reitor promete bolsa para moradia estudantil

Silvana Sá/Arquivo Adufjrj



Roberto Leher: “Reitoria vai rever o valor das bolsas”

Os estudantes já voltaram para o hotel do Centro, mas a estadia dura até o dia 9. Na véspera, a reitoria promete um auxílio emergencial de R\$ 1.050, considerado insuficiente pelo movimento. A ocupação segue até um acordo. Veja as declarações do reitor à reportagem.

■ AUXÍLIO EMERGENCIAL

“A reitoria vai rever o valor das bolsas, dentro das possibilidades orçamentárias da universidade, para tentarmos chegar a R\$ 1.260 (valor pedido pelos alunos)”

■ EXONERAÇÕES NA SUPEREST

“Não há nada confirmado. Isto ainda está sendo discutido”, declarou Leher. Mas as exonerações da professora Vera Salim e dos professores Elídio Marques e Luciano Coutinho da Superintendência de Políticas Estudantis foram publicadas no Diário Oficial da União, dia 26.

■ DISPERSÃO DAS PRÓ-REITORIAS

“As transferências não impactaram na organização da reitoria. A dinâmica do trabalho permanece a mesma”.

O Marco Legal e a Universidade

CARLOS FREDERICO LEÃO ROCHA

Em janeiro de 2016, o Congresso Nacional aprovou, por unanimidade, o novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação. A aprovação foi recebida com entusiasmo por parte da comunidade científica, sendo saudada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). No entanto, nosso Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) editou, em março de

2017, uma cartilha que teve como meta “o desencadeamento de ações políticas contra o referido “Marco legal” e sua regulamentação no interior das IES e outras instituições públicas de pesquisa”.

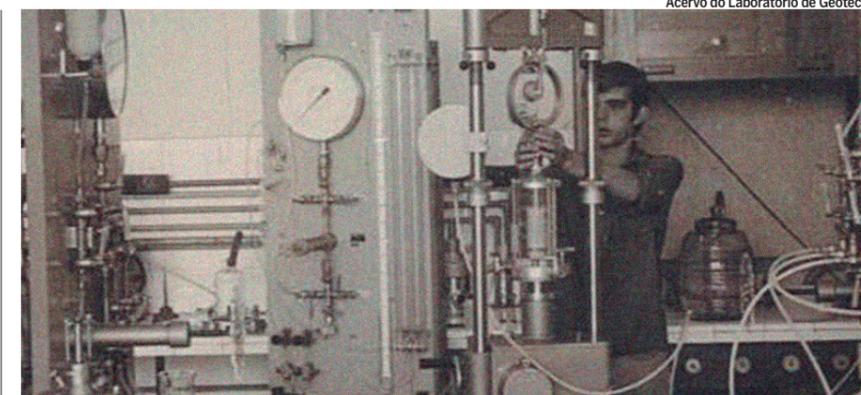
De fato, o Marco da Ciência traz novidades que podem ser boas notícias para os pesquisadores C&T, facilita a atração e contratação de pesquisadores estrangeiros, permite pagamento de bolsistas associados a fundações de apoio, simplifica a prestação de contas de projetos, facilita a compra e a impor-

tação de insumos para a P&D. O Marco vai além alterando a legislação sobre a carreira e regulamentando a contratação de até 416 horas anuais de docentes em projetos de P&D, permite a contratação de receitas para a Universidade por intermédio das fundações de apoio e regulamenta a relação entre Universidade e empresas, facilitando essa interação. A Universidade poderá ter participação acionária em empresas, compartilhar infraestrutura de C&T, entre outras possibilidades.

O Andes sempre se colocou contra a mercantilização do conhecimento produzido na Universidade. De acordo com o sindicato, “os avanços científicos e tecnológicos e o aumento de produtividade têm como fim principal manter ou aumentar a taxa de acumulação do capital”, elevando a taxa de mais valia e criando desemprego. Assim, iniciativas como a Lei de Inovação, de 2004, e o Marco da Ciência, de 2016, contribuiriam para uma tendência de décadas de associação da C&T à inovação. Essas mudanças seriam, assim, mecanismos

para “subalternizar a universidade ao capital (o eufemismo usual é “setor produtivo”)”. Sua proposta é, portanto, a rejeição da legislação e o fornecimento de financiamento à universidade “até atingir os patamares adequados para atender às necessidades da sociedade e não os interesses do mercado e do capital”. Em função desses princípios, o ANDES entende como fazendo parte do grande complô contra o conhecimento produzido na Universidade o surgimento de “empresas junior, incubadoras”, a criação da EMBRAPII e qualquer interação que venha a ser viabilizada da Universidade com organizações de direito privado. Em resumo, na existência de entes privados, o mundo deve se abster do progresso técnico.

Pela sucinta descrição acima, há mais no Marco do que a facilitação da relação da Universidade com o setor privado. No entanto, as relações entre entes públicos e privados é tema relevante e que deve ser colocado em discussão. Essa interação se dá de diferentes maneiras. Certamente, a for-



Acervo do Laboratório de Geotecnia

mação de mão de obra que poderá ter como destino o mercado laboral é parte dessas relações. Uma parte substantiva de nossos alunos pensa nisso no momento em que se engaja na Universidade. A análise de problemas que surgem no mundo externo está entre as formas de interação. São questões de saúde pública – como doenças tropicais, câncer – segurança de trabalho, formas de organizar a educação, montagens de fábricas, edifícios e plataformas de

petróleo, entre tantos outros. Uma das características da ciência é buscar soluções através do livre pensar.

O isolamento universitário é indesejável e buscar formas de interação com a sociedade (inclusive empresas) é fundamental para o preenchimento dessa função de criação de conhecimento. O Marco da Ciência é uma peça da Autonomia Universitária. Permite-nos mais liberdade para decidir que futuro montaremos, que Universidade construiremos.



Divulgação/Coppe-UFRJ

Legislação ainda provoca polêmica

> **Andes considera o marco legal uma forma de privatizar universidades; diretor da Coppe discorda**

KELVIN MELO

kelvin@adufjrj.org.br

Fernando Peregrino, diretor de Orçamento e Controle da Coppe, não tem dúvidas de que o Marco Legal aperfeiçoa o aparato normativo que regula a pesquisa no país. “Não é perfeito, mas conseguimos conciliar no que foi possível”, acrescenta.

Segundo ele, a lei pode ajudar o Brasil a se posicionar melhor no ranking mundial de inovação: hoje está em 69º. “Somos o 12º em produção de papers e a nona economia do mundo. Algo está errado”. Mas o diretor da Coppe afirma que isso só será possível se houver mudanças na política macroeconômica, que está sufocando as universidades.

O projeto ainda sofreu vetos de natureza fiscal, no governo de Dilma Rousseff, por influência dos técnicos dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. “São gastos ínfimos, se comparados com a renúncia fiscal realizada em outros setores da indústria. Os vetos foram desnecessários”, critica.

Ele espera que os trechos retirados sejam recolocados na lei por um projeto do senador Jorge Viana (PT-AC), atualmente em tramitação na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado.

ANDES É CONTRA

O Andes-SN cobra a revogação do marco legal. O professor Epitácio Macário, 3º tesoureiro do sindicato, explica que era

necessário fazer uma normatização da pesquisa nacional. “Mas discordamos da via escolhida”, afirma.

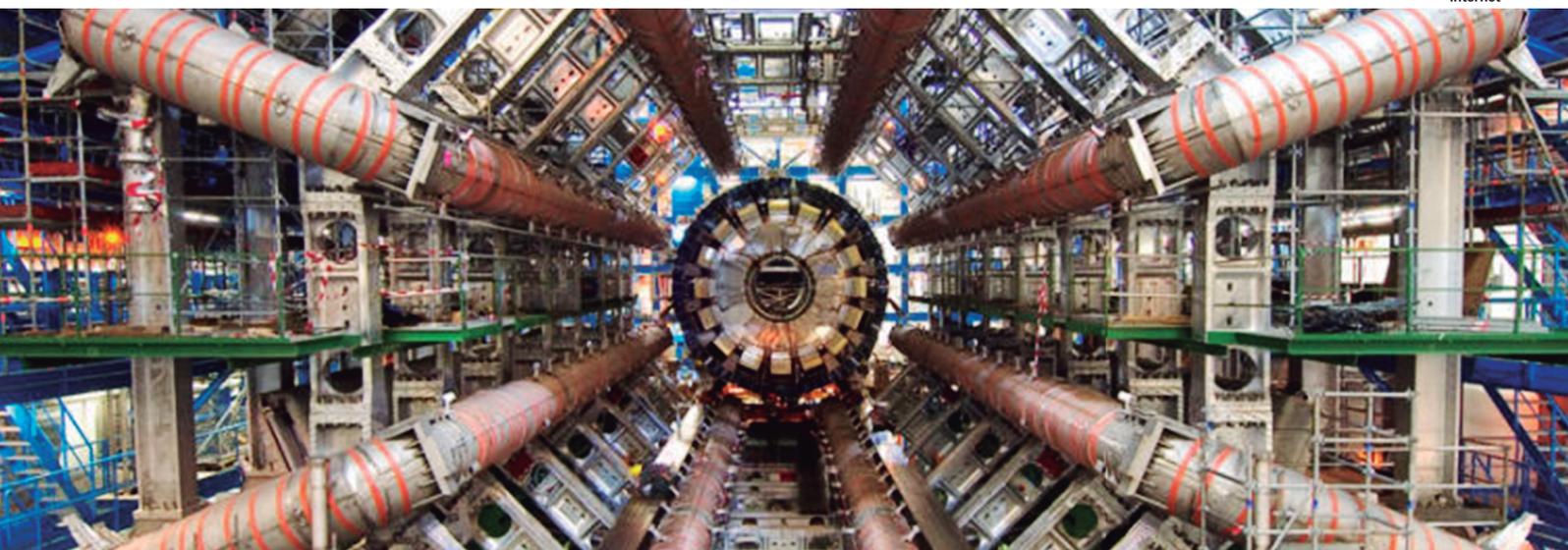
Epitácio, que é um dos coordenadores do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia da entidade, compreende que o marco legal promove uma privatização do conhecimento produzido nas universidades. “Além de as empresas direcionarem a agenda da pesquisa, elas usufruem recursos estatais, sem controle público”. E completa: “As grandes demandas do nosso povo não serão respondidas pelas empresas, que visam apenas ao que é mais lucrativo”.

O dirigente do Sindicato Nacional elogia algumas medidas da lei, como o processo mais simplificado para trazer visitantes estrangeiros ou a facilidade

alfandegária para importação de insumos: “O Andes não tem problema com a desburocratização”. Mas a suposta privatização da universidade é fator decisivo para a entidade criticar o marco legal. “Nesta área, devemos ter protagonismo do Estado”.

DEBATE SOBRE O MARCO LEGAL

O Parque Tecnológico da UFRJ promove, no dia 4 de outubro, um evento para discutir os limites e possibilidades de aplicação do marco legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Para participar, é necessário enviar email para comunicacao@parque.ufrj.br, confirmando sua presença. O evento será no auditório local, na rua Paulo Emídio Barbosa, 485 – Ilha da Cidade Universitária.



No projeto da Lei Orçamentária de 2018, enviado pelo governo ao Congresso em 31 de agosto, não está previsto o pagamento das taxas do CERN

Ciência ameaçada

> **Participação brasileira no CERN, um dos mais avançados centros de pesquisa nuclear, na Suíça, corre risco de acabar por falta de recursos**

ISABELLA DE OLIVEIRA

Estudante da UFF e estagiária da Adufrj

A participação de pesquisadores brasileiros no maior centro de pesquisas e experimentos científicos do mundo, na Suíça, pode estar com os dias contados. O Brasil está com o pagamento atrasado das taxas de manutenção e operação do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear (CERN), na cidade de Meyrin. A inadimplência vem desde 2016.

São cerca de 120 pesquisadores atuando no CERN. Só da UFRJ, são 20, entre docentes e estudantes. Cada um custa 8 mil francos suíços anuais, cerca de R\$ 26 mil.

O professor Cláudio Lenz, do Instituto de Física da UFRJ, é um dos prejudica-

dos com a situação. Ele explica que havia uma rubrica específica do governo federal para os pagamentos. “Descobrimos que ela desapareceu esse ano e estamos com uma dívida hoje no CERN de R\$ 5 milhões”, informou. Já existe desconforto com a comunidade científica internacional. “O CERN não quer nos colocar para fora, mas há cobranças”, pontua.

Lenz faz parte da equipe internacional Alpha, que busca encontrar diferenças entre a matéria e a antimatéria. “A teoria mais básica da física hoje prevê que não há. Caso sejam confirmadas as diferenças, estamos falando em revolucionar a Física”, explica.

PASSANDO O CHAPÉU

Na lei de diretrizes orçamentárias de

2018, não há previsão para quitar os atrasados. Na semana passada, os pesquisadores foram à capital em busca de soluções. “Fomos passar o chapéu. Tentar algumas emendas parlamentares em caráter emergencial”, disse. “Tivemos uma boa recepção da Comissão de Ciência & Tecnologia da Câmara, mas é um processo que teremos de acompanhar bem de perto”, finalizou.

MINISTÉRIO RESPONDE

Por e-mail, a assessoria do Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações limitou-se a responder que aguarda o descontingenciamento de recursos para “resolver as pendências” com o Centro Europeu de Pesquisa Nuclear.

AGENDA DO CONHECIMENTO SEM CORTES

■ Mais de 82 mil pessoas já subscreveram a petição da campanha Conhecimento sem Cortes, iniciativa a favor da Educação e da pesquisa no Brasil. As assinaturas

serão entregues aos parlamentares em uma audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, marcada para 10 de outubro, em Brasília.

O objetivo da atividade é pressionar o governo a reverter os drásticos cortes de investimentos federais no momento em que se discute o orçamento para 2018.